

Escola e diversidade: Importância da pluralidade de ideias.

School and diversity: Importance of plurality of ideas.

Amanda Ribeiro dos Santos
CESJ - Centro Educacional São Jorge
arsantos2028@gmail.com

Gloria Regina Pessoa Campello Queiroz
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
gloriapcq@gmail.com

Resumo

A partir da década de 1980, a instituição escolar tornou-se uma instituição relevante para a formação social, deixando o caráter formado das elites acessível a toda a população. Nessa perspectiva, diversos movimentos estão se mobilizando transversalmente entre a sociedade e a política para inserir no currículo escolar uma forma de contar uma outra história do povo brasileiro, contrariando o ensino hegemônico e colonial que ainda hoje existe nas escolas. Esta pesquisa teve como objetivo investigar se alunos do nono ano de uma escola de Duque de Caxias produzem enunciados em consonância com a educação para a cidadania a partir do desenvolvimento de uma atividade interdisciplinar, aplicada via aula online, os dados gerados foram analisados à luz da análise de conteúdo de Bardin (2015) com uso do Atlas TI. Como resultado, ficou evidente que, além do debate sobre a educação intercultural, é necessário debater o papel da escola na atualidade.

Palavras-chave: Ensino de ciências, Escola sem partido, Racismo

Abstract

From the 1980s onwards, the institution of school became a relevant institution for social formation, leaving the formed character of the elites to be accessible to the entire population. In this perspective, several movements are mobilizing transversally between society and politics to insert in the school curriculum a way to tell another story of the Brazilian people, going against the hegemonic and colonial teaching that still exists in schools today. This research aimed to investigate whether ninth-grade students at a school in Duque de Caxias produce statements in accordance with citizenship education from the development of an interdisciplinary activity, applied via online class, the generated data were analyzed in the light of Bardin's content analysis (2015) and with the use of Atlas TI. As a result, it became evident that, in addition to the debate on intercultural education, it is necessary to debate the role of the school today.

Key words: Science teaching, School without party, Racism

Referencial Teórico

A educação brasileira é vinculada à promoção da formação cidadã e plural, desde a sua base (SAVIANI, 2019). A partir da Lei n.º 11645 de 2008, fica instituído que: “Nos estabelecimentos de ensino, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.”, nota-se a obrigatoriedade do ensino das culturas formadoras do nosso povo que por centenas de anos foram silenciadas e sistematicamente apagadas (RIBEIRO, 2015). Tais conteúdos deverão ser abordados interdisciplinarmente durante o ano e não apenas quando se institui uma semana da cultura indígena ou a semana da consciência negra. Contudo, não é raridade professores alegarem não estarem aptos para ministrar tais conteúdos, pois sua formação inicial não contemplou tais temas. Entre os professores capacitados, existe o medo da exposição e repressão por pais, colegas e diretores escolares, pois desde 2004 o movimento “Escola sem Partido” (ESP), projeto de lei divulgado entre estudantes e pais buscam a contaminação político-ideológica, em todos os níveis educacionais (MACEDO, 2017) e vem estabelecendo Projetos de Lei (PL) que ferem a autonomia docente garantida pela LDB de 1996. Desde a sua fundação o ESP acusa professores de utilizarem suas aulas para inserir ideologias que vão contra ao que a família acredita e ensina em casa. Em decorrência da atualidade política brasileira, muitos PL semelhantes tem sido proposto nas esferas federal, estaduais e municipais, todos julgados como inconstitucionais. Recentemente, em 2019, o PL foi reformulado adicionando mais dois itens graves: a regulamentação dos grêmios estudantis e a garantia dos alunos de gravarem as aulas sem a permissão do professor. Foi novamente julgado como inconstitucional, pois, na prática, ele promove a censura através do silenciamento de professores e alunos, evitando dar voz ao próximo que é ou pensa diferente. Quando o professor age como mediador entre as culturas existentes na sociedade, não consegue evitar conflitos, mas pode aproveitar essas ocasiões uma vez que o conflito participa da formação plural, democrática na para o ensino do respeito ao próximo. Mesmo após à Lei que ampara o estudo cultural brasileiro, permanece a ideia de que “Todos são iguais”, como se assumir uma igualdade fosse o suficiente (CANDAU, 2012).

A escolarização obrigatória e universal que surgiu no Brasil do século XX tem a herança de um Estado que objetivava tornar todos iguais perante a Lei, para que todos tivessem os mesmos direitos. Porém, tal igualdade social transformou-se em homogeneização e padronização cultural dos indivíduos. No âmbito escolar, as diferenças individuais e de comportamentos foram encaradas como um problema a ser corrigido, pois todos tinham que ser iguais. De acordo com Hall (1997), a afirmação da diferença emerge de lutas sociais; estamos vivendo uma revolução cultural reforçada pelas tecnologias; a cultura deve ser compreendida como elemento chave, pois somos seres culturais. No ambiente escolar essas diferenças são mais afloradas, pois ela é palco para muitos conflitos sociais, culturais, econômicos, transformando o professor em agente sociocultural (OLIVEIRA, 2016). Assim não é dele a responsabilidade pela eliminação dos conflitos sociais refletidos na escola, mas sim a de instigar o reconhecimento entre os diferentes, sendo um exercício de compreensão mesmo que minimamente realizado. Por esse motivo, as questões de igualdade devem estar atreladas às chamadas diferenças, pois temos o direito de sermos diferentes, sendo necessário que compreendamos as teias que promovem a homogeneização, como, por exemplo, a globalização (SANTOS, 2001).

A defesa da educação pautada na multiculturalidade passa por entraves, entre eles a própria palavra “multiculturalismo”, um termo polissêmico, ou seja, aberto a várias interpretações diferentes. O multiculturalismo possui dois tipos de abordagens: descritiva

e propositiva. A abordagem propositiva busca transformar a dinâmica social intervindo para que os indivíduos sociais possam viver de maneira plena na sociedade. Esta abordagem possui algumas propostas educacionais como a intercultural, na qual se parte do pressuposto que as culturas estão em processo contínuo de construção e de reconstrução, logo podem incorporar outras culturas, fazendo com que atualmente nenhuma cultura possa ser considerada “pura” e sim híbrida, pois todas estão passando por esse processo contínuo de reconstrução. Além disso, se reconhece neste processo de hibridismo um mecanismo de poder, a ser combatido, que permeia as relações culturais, fazendo com que determinadas culturas sejam vistas como “superiores” em detrimento de outras, visto que a pluralidade e a promoção do diálogo tolerante e respeitoso estão na base para a construção de uma democracia plena em que todos sejam vistos e compreendidos a partir das diversas possibilidades culturais existentes. Sendo a escola uma instituição cultural, sua prática está carregada de questões culturais, tornando-se por esse motivo necessário que ela seja reinventada para poder abraçar as diferentes culturas nela inseridas (CANDAUI, 2008).

Metodologia

Objetivando trazer temáticas que relacionam a educação em ciências aos direitos humanos para a sala de aula, lançamos mão do filme “Avatar” que retrata um conflito no ano 2154 d.C por recursos naturais entre os Na’vi, humanoides nativos de Pandora, e uma empresa humana que procura explorar um minério em Pandora, onde seu povo vive harmoniosamente com o ecossistema. Em decorrência das diferenças culturais, os humanos os classificam como primitivos e não civilizados, o que gera entre os dois grupos conflitos culturais, pois os humanos não compreendem o mundo da mesma forma que os Na’vi.

Este é um estudo de caso, com análise de conteúdo (BARDIN, 2015), desenvolvido durante uma dissertação de mestrado em Ensino de Ciências no ano de 2020. Ela desenvolveu-se em aulas on-line durante o isolamento social em decorrência da pandemia da Covid-19. Foi montado um cronograma de três semanas para a atividade, sendo realizado com alunos do nono ano de uma escola particular em Duque de Caxias/RJ. Os participantes, sujeitos da pesquisa, não tiveram suas identidades reveladas e foram nomeados por ordem alfabética. A atividade proposta buscou levar os alunos a refletirem sobre porque achamos que somos melhores que determinadas pessoas (espécies) como acontece com os humanos do filme, e pensar até onde essa ideia de supremacia pode nos levar.

Figura 01: Tabela Cronograma Atividade

Semana	Atividade
Semana 01	Envio do filme para a plataforma online para que os alunos conseguissem assistir antes da semana 02.
Semana 02	Debate em sala de aula sobre o filme e recomendando que vissem outros filmes, como o “Pocahontas”.
Semana 03	Produção de material para ilustrar o que foi compreendido sobre o filme e a realidade cultural presente diariamente.

Fonte: Autora, 2020.

Resultados e Discussão

Após os alunos terem assistido ao filme em suas casas, a semana 02 começou com a instigação aos discentes: “O que mais chamou atenção de vocês no filme, pessoal?”. Os discentes sentiram-se à vontade e alguns alunos exclamaram: “O que mais me chamou atenção foi o egoísmo dos homens que querem os recursos dos índios” (aluno Gf), aluna V. “De primeira vista, eles pareciam primitivos, mas na verdade são uma raça bem inteligente”. A atividade foi pautada pelos alunos na temática de respeito às diferenças, tendo sido levantados diferentes preconceitos, entre eles a xenofobia, quando o aluno R falou: “Pastel de flango”, termo utilizado como piada semelhante à do ministro de educação na época para se referir aos imigrantes orientais. O preconceito cultural foi evidenciado através das falas dos alunos K e Z: “Respeitar o pop, respeitar as músicas’ dos outros.”, “Respeitar a cultura.” Tais falas culminaram em: “Pô, professora! Tem gente que se sente desrespeitado pela cor, eu sofri racismo com oito, nove anos de idade. Dez. Na minha outra escola” (aluna Ac). Outros alunos também confirmaram tal realidade diária, quando então a professora perguntou: “Você acha que seria, importante ter na escola um debate sobre racismo?”. A maioria (trinta e um) respondeu afirmativamente, alguns complementaram, como a aluna Ac e o aluno L: “Seria muito importante”, “Porque tem muita gente que não aprende em casa!”. Até que o aluno Z disse enfaticamente: “Não!”. Nesse momento, alguns alunos indagaram se ele já havia sofrido racismo, como a aluna Ac. “Meu amigo, você nunca sofreu racismo na vida, cara! Cê tem noção disso?! Você não tem noção do que é! Então não opina, cara! Você não é preto! Entendeu? Por favor, não opina!” O aluno Z reiterou afirmando: “Eu acho que não é assunto que tem a ver sobre ciências e em nenhuma matéria da escola”, sendo então cortado pelo aluno K: “Ué!? só quem... Só quem tem a pele escura pode falar sobre esse assunto?”. Neste momento a professora interrompeu a discussão e deu uma breve explicação sobre ‘local de fala’ para os alunos: “Na verdade, não é bem isso que a Ac. [...] O que ele disse é o seguinte: que ela sofreu isso na pele, K... então ele tem uma visão que eu, por exemplo, nunca vou ter ou que você também nunca vai ter. Por quê? Porque a gente nunca sofreu isso, então é lógico que, pra ele, isso é uma questão que toca muito mais”. A partir da explicação, houve uma explicação do aluno Z: “É que não é assunto que tem que ser discutido no ambiente de escola. Isso a gente aprende com a vida, não na escola”. Neste instante alguns alunos intervieram, entre eles o aluno R: “A gente tem que ser educado na escola, né?”, enquanto o aluno Z continuou alegando: “Não, Não! Minha mãe é que me dá! Eu aprendo em casa, a educação”, sendo rebatido pelos colegas, até que o aluno G exclamou: “Bom, eu considero o Z super racista! Ponto, ‘cabô!”, sendo repreendido, pois a sala de aula on-line foi invadida pela responsável do aluno Z que interrompeu dizendo: “Então, primeira questão: é... Eu acho que esse realmente não é um assunto, é..., de se falar numa aula de ciências, tá? É... segundo: meu filho foi chamado de racista, por quê? Eu sou negra, então, aí, como que a gente vai resolver isso? Né?! Primeiro que, na aula, não tem que saber de feminismo também, tá? Feminismo, a gente aprende, estudando sobre o feminismo. Não na aula de ciências, tá bom? [...] Até mesmo porque, pra mim, isso é militância, né? Eu sou uma pessoa instruída e eu sei exatamente como ‘funciona’ as coisas, então vou pedir, por favor, que vocês foquem no tema da aula, primeiro, porque meu filho foi chamado de racista. Ele foi chamado de racista, então eu vou procurar a mãe dessa criança e vou querer saber onde, né? Eu peguei o meu telefone pra gravar isso e vou perguntar aonde meu filho foi racista. Por que ele não tem lugar de fala? Após essa fala, a responsável M saiu do ar, muitos alunos aproveitaram para demonstrar desaprovação em relação à intromissão durante a aula, como, por exemplo, o aluno S: “Eu achei extremamente ridículo. Primeiro: o Z.

falando que não tem que ser abordado na escola. Vai ser abordado é onde? Quem vai ensinar isso pra gente? Segundo: a gente tem que, sim, falar sobre racismo, feminismo, tudo isso, na escola. A gente tem que aprender, entendeu? Eu não vou chegar numa discussão sobre isso e encher a pessoa de argumentos que nem eu sei. Ele é uma pessoa branca, extremamente padrão, cabelos louros. Agora, chegar aí surtando, falando um monte de coisa que ninguém precisava ouvir e achando que “Tá certa. Gritando, falando”. A responsável M retornou e reclamou novamente, porém, apesar da intromissão, houve corte do responsável pela professora, pois, apesar de diferente, a sala de aula virtual continua sob responsabilidade do professor, a responsável insistiu falando: “Era só você respeitar a opinião dele! Porque a sua indagação abriu espaço ‘pra outros alunos, pra chamar o meu filho de racista, só porque ele falou a palavra “não”? Eu ‘tô colocando a roupa e ‘tô indo... na escola, né? Apesar que agora não ‘tá funcionando, mas amanhã eu vou à escola e a gente resolve isso lá. Tá bom? Muito obrigada!”. Ainda no mesmo dia, a professora entrou em contato com a coordenação da escola, explicando os fatos ocorridos durante a aula, entrando também em contato com o professor de história para falar sobre o ocorrido, tendo ele enfatizado que tais temáticas (racismo e feminismo) foram abordadas durante o oitavo ano junto a essa turma e que, por esse motivo, ficou surpreso, já que todos estavam familiarizados com as temáticas, e concluiu falando: “Principalmente ela (a responsável M) deu uma lição para os alunos e para todo mundo do que é essa questão de não respeitar a cultura dos outros, aula mais prática do que essa impossível”.

Na atual modalidade de ensino, on-line, muitos alunos assistem aula no mesmo cômodo que os pais, fazendo com que a maioria soubesse do ocorrido e fossem procurar a escola para se posicionar em favor da professora. Em contrapartida, o responsável M, após procurar a coordenação da escola, resolveu fazer uma publicação para alertar outros pais: “Olá, mães e pais! [...] Hoje na aula de ciências, uma professora incitou alunos a um debate sobre racismo, onde perguntou aos alunos se eles achavam interessante, debates sobre racismo, feminismo etc. na escola! Na vez do meu filho ele disse “Não” (somente), logo a professora ao ouvir o “não” indagou a opinião dele, e ele mais uma vez sucintamente respondeu: “Porque é um assunto que não acho que aprendemos na escola” [...] um aluno em especial chamou o meu filho de racista. Eu como já havia percebido a intenção da professora em outras aulas, e já tinha sacado o posicionamento político dela em outras aulas e questões, não consegui me abster e entrei na sala, falando tudo que achava daquele absurdo! [...]. Pais, acompanhem seus filhos, não sejam isentos, não se calem, observem, escutem as aulas e conteúdo dos seus filhos, isso é muito sério! Professor, escola, podem ser militantes que quiserem, eles são livres pra isso, mas jamais podem militar os filhos de ninguém! [...] seus filhos serão realmente educados pelos professores e isso pode trazer muitas consequências!”. A direção escolar fez um posicionamento via redes sociais, afirmando o papel da escola na formação cidadã sendo amparado legalmente pela LDB (1996), reiterando aos alunos a importância do respeito a diferenças e à pluralidade das ideias. Por conta de toda essa movimentação escolar, outros alunos de turmas diferentes ficaram sabendo do ocorrido, levando o debate sobre racismo a todas as outras turmas da escola. Junto a essa movimentação na escola, eclodiu nos Estados Unidos uma série de confrontos em decorrência da morte violenta de George Floyd, um cidadão negro morto por um policial branco, sem a chance de defesa. Todas essas ações em conjunto levaram a responsável M remover a publicação e desculpar-se pelo ocorrido, exigindo o mesmo da professora, não sendo atendido. A fala enfática dos alunos sobre o papel da escola na construção de uma sociedade plural saiu da sala de aula e adentrou outros espaços como as redes sociais, chegando a ser debatida em outras

turmas. Em comum acordo, entre direção e pesquisadora/professora, a atividade foi retomada e direcionada ao debate às questões ambientais atuais. Contudo, muitos alunos ficaram com receio de interferência externa e a maioria optou por não participar da atividade da mesma forma como anteriormente, com medo da exposição.

No contexto político brasileiro atual, tais conflitos entre responsáveis e professores têm sido frequentes, já que muitos acreditam que temas contemporâneos não devem estar presentes em sala de aula, achando inclusive que o Projeto de Lei conhecido como Escola sem Partido foi aprovado e está em vigor, fato que não ocorreu por ser inconstitucional. Mesmo assim, em decorrência das aulas estarem dentro da casa dos alunos, muitos pais se consideram aptos a interferirem quando não estão a favor da inclusão de determinado tema em aula. Se a atividade tivesse sido em sala presencial, provavelmente teria terminado no mesmo dia, sem que a escola toda fosse envolvida já que os alunos demonstraram através da fala que a escola deve sim trazer tais temáticas atuais para as aulas. Outro ponto é que o responsável provavelmente não teria intervindo na aula buscando impor suas opiniões sobre o que acredita ser o papel da escola. Deve-se lembrar que, apesar de as aulas estarem ocorrendo dentro das casas dos alunos e do professor, a chamada aula continua sendo um espaço escolar onde o debate de ideias e a pluralidade de visões são o alicerce da interação que ocorre visando a formação integral. Assim, não se tem como objetivo silenciar as diferenças, pelo contrário, os professores buscam ser mediadores desse importante debate, promovendo a empatia e o respeito em relação ao outro. É necessário contextualizar, para que o aluno perceba a importância do conhecimento científico e saia da aprendizagem por memorização para a participação nas atividades práticas de discussão de problemas de grupos anteriormente silenciados culturalmente. Entretanto, a posição educacional que defendemos ao longo deste trabalho e que também foi defendida pela maior parte dos sujeitos desta pesquisa é a de que a escola “ensina para a vida”, tendo como pressuposto a formação cidadã plena para que o aluno a partir da contextualização das situações vividas diariamente consiga desenvolver pensamento crítico na tomada de decisões sociais. Acreditamos que a promoção de uma sociedade mais justa passa pelo reconhecimento do outro a partir da sua identidade e pluralidade e não a partir da padronização que vem sendo imposta ao longo dos anos pela exclusão das diferenças na escola (CANDAUI, 2012).

Considerações Finais

Em particular, esta pesquisa identificou e analisou conflitos antigos que ocorrem em sala de aula, como o racismo, contudo, devido ao atual modelo de aulas remotas em decorrência da pandemia de COVID-19, ocorreu a interferência de familiar durante uma aula de Ciências, fazendo com que o debate sobre tais questões saísse da sala de aula e extravasasse para outros locais, como a escola toda e as redes sociais. Para finalizar, acredito que a adoção da educação com perspectiva intercultural, onde o respeito às diferenças seja o alicerce para a prática educacional só poderá ser possível a partir do intenso debate social acerca do papel da escola.

Referências

- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**: Laurence Bardin. São Paulo: Edições, v. 70, 2015.
- BRASIL. Câmara dos deputados. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. Diário Oficial da

União. Brasília, 11 de março de 2008.

CANDAU, V. M. F. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 118, p. 235-250, 2012.

CANDAU, V. M. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**, v. 10, p. 13-37, 2008.

OLIVEIRA, Roberto Dalmo Varallo Lima; QUEIROZ, Gloria Regina Pessoa Campello. **Tecendo diálogos sobre direitos humanos na educação em ciências**, 1. ed. Editora Livraria da Física, 2016.

SANTOS, B. Dilemas do nosso tempo: globalização, multiculturalismo e conhecimento. **Educação & Realidade**, v. 26, n. 1, 2001.

SAVIANI, D. **Da LDB (1996) ao novo PNE (2014-2024): por uma outra política educacional**. Autores Associados, 2019.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & realidade**, v. 22, n. 2, 1997.

MACEDO, E. As demandas conservadoras do movimento escola sem partido e a base nacional curricular comum. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 139, p. 507-524, 2017.

SOUZA, Ellen Pereira Lopes de. **Estudos sobre a formação de professores de ciências no contexto da lei 10.639/03.2014**. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.